Jornal da Cidade
Publicado em 25/10/2023 - 05:52

Relatório de CEI sugere mudar a Lei de Impacto de Vizinhança

Relatório da CEI não vê irregularidades em contrapartidas, mas pede nova Lei do EIV

Relatório final, ainda pendente de votação, foi lido na tarde desta terça-feira; colegiado volta a se reunir semana que vem

ANDRÉ FLEURY MORAES

VARGEM LIMPA

Sardin acatou alegações da construtora Pacaembu, responsável pela obra

O relatório final da Comissão Especial de Inquérito (CEI) que apura o cumprimento das contrapartidas empresariais em Bauru, ainda pendente de votação, afirma que não houve vícios nas contrapartidas aprovadas entre 2014 e 2023 e pede o arquivamento do procedimento.

O documento tem 54 páginas e foi lido nesta terça-feira (24) pelo vereador Miltinho Sardin (PTB), líder da prefeita Suéllen Rosim (PSD) na Câmara Municipal e relator da CEI das Contrapartidas.

Embora não aponte para irregularidades, o relatório do petebista admite a necessidade de se melhorar a Lei do Estudo de Impacto de Vizinhança (Lei do EIV), que regulamenta as contrapartidas.

"Esta relatoria não verifica qualquer ilegalidade na condução dos atos de contrapartidas, nem mesmo dos aditamentos e modificações citadas no decorrer da CEI, sem deixar de ressaltar a concordância com os demais colegas de parlamento acerca da necessidade de regulação mais abrangente do tema, com a definição de regras mais específicas", diz o documento.

O relatório, no entanto, não chegou a ser votado ao final da reunião desta terça. Por dois motivos. O primeiro foi a ausência do vereador Coronel Meira (União Brasil) no momento da votação. Meira chegou a ir ao encontro, mas precisou sair por compromissos externos.

O segundo foi um pedido do vereador Eduardo Borgo (Novo), que abriu divergência com o relatório de Miltinho e pediu prazo para apresentar por escrito suas justificativas para a manifestação contrária ao documento.

O colegiado voltará a se reunir na terça-feira (31) em reunião destinada apenas à votação do relatório, que deve ser aprovado.

A redução da Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro Vargem Limpa, obra bancada a título de contrapartida pela construtora Pacaembu em razão do loteamento na região homônima, era o principal foco de investigação da CEI. O colegiado suspeitava que a redução pudesse ter sido arbitrária, mas acatou as explicações da loteadora – encaminhadas por escrito à CEI no mês passado.

Os documentos enviados à Câmara pela Pacaembu revelaram que a redução do projeto da obra de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no bairro Vargem Limpa foi causada pela morosidade nas tratativas entre a Prefeitura de Bauru e a loteadora e pela explosão nos preços de matérias-primas durante a pandemia de Covid-19.

"Não há qualquer ressalva de procedimento, pois o Termo de Compromisso mostra que todo projeto e os respectivos estudos exigidos em lei passaram pelo Grupo de Análise de Empreendimentos no dia 27 de dezembro de 2018, bem como pelo Conselho Municipal de Bauru no dia 7 de janeiro de 2019", diz a conclusão de Sardin sobre o caso da UBS.

Pedro Romualdo/Câmara de Bauru

Da esquerda para a direita, Beto Móveis (Cidadania), Mané Losila (MDB) e Miltinho Sardin (PTB) durante leitura do relatório

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP

Seção: Política **Pagina:** 5

Copyright © Clipclap 2025.